



Da cruz à estrela: a trajetória da Ação Popular Marxista-Leninista

ESTHER KUPERMAN*

A organização clandestina denominada Ação Popular Marxista Leninista (APML) surgiu da transformação do grupo de orientação católica, a Ação Popular, em agremiação de diretrizes marxistas. A matriz da APML, a antiga Ação Popular (AP), por sua vez, foi formada em Belo Horizonte (M.G.), em 1962, a partir de grupos de operários e estudantes ligados à Igreja Católica: a Juventude Operária Católica (JOC) e a Juventude Estudantil Católica (JEC). A existência destes grupos, segundo D. de Moraes, seria uma decorrência da pregação reformista e modernizadora do Papa João XXIII e das Encíclicas *Mater e Magistra* (1961) e *Pacem in Terris* (1963), que defendiam o ecumenismo e a independência das instituições religiosas em relação aos poderes estabelecidos (MORAES: 1989, p. 39). Tal orientação esbarraria em sérias resistências por parte de alguns setores da própria instituição, que questionavam o envolvimento de seus membros na luta pela reforma agrária e sua aproximação com o que denominavam de “camadas subalternas” da sociedade brasileira. A hegemonia destes setores conservadores resultou num realinhamento da Igreja com as classes dominantes que o autor denomina de “*um olho no terço e outro no fantasma do comunismo*”

(MORAES: 1989, p. 41), e coincide com o momento em que a AP promoveria sua ruptura com o catolicismo.

Nos primeiros anos da década de 1960, ainda fortemente influenciada pelo ideário humanista cristão, vinculada às estruturas formadas pela Igreja junto aos movimentos populares, a AP possuía penetração entre operários, camponeses e estudantes, principalmente entre os últimos. Foi da Juventude Estudantil Católica que partiram as primeiras discussões que operaram mudanças políticas e ideológicas e sua transformação em uma organização marxista-leninista.

Tais discussões buscavam definir para a recém surgida AP um perfil político próprio, distante ainda do marxismo, mas apontando para a formação de um movimento revolucionário que tivesse por objetivo promover a transformação das estruturas da sociedade brasileira tendo como referencial o socialismo.

Durante os anos 1960 a AP era a organização que detinha o maior número de quadros no interior do movimento estudantil, elegendo grande parte dos membros das diretorias da UNE até o golpe de 1964:



“Conseguimos unir a esquerda na UNE através de um negócio chamado conchavão. O que havia no movimento estudantil? A JUC, que depois virou AP: a Polop, que era um grupo pequeno, mais à esquerda; o Partido Comunista; e os independentes. O partido, às vezes erradamente, usava a fórmula de colocar simpatizantes como independentes e assim ter hegemonia na diretoria. Eram os chamados submarinos.” (MORAES: 1989, p. 49)

Após o golpe, a AP, como as demais organizações de esquerda, foi alvo de intensa repressão, tendo muitos de seus quadros presos ou exilados. A necessidade de construir uma nova proposta política para a esquerda levou os militantes que ainda permaneciam em ação a iniciar um debate sobre a realidade brasileira em busca de novas formas de intervenção. Este novo processo de discussão teve como desdobramento o rompimento definitivo da Ação Popular com a orientação ideológica cristã, e sua definição pelo marxismo-leninismo.

A adoção da orientação marxista-leninista pode ser identificada não só pela nova denominação (APML), como também pela busca de definir uma nova estrutura partidária. Esta autodefinição como partido identificado com as lutas dos setores populares foi marco significativo na sua história, levando-a para o campo das organizações de esquerda que surgiram a partir do rompimento com as análises e as práticas políticas do Partido Comunista Brasileiro.

Nos primeiros momentos de seu rompimento com o catolicismo, a revolução chinesa e as ideias de Mao Tsé Tung influenciaram as análises e propostas de atuação da AP. Sob a ótica maoísta, o Brasil era considerado um

país semifeudal, e em decorrência desta concepção a mudança pretendida para a sociedade brasileira deveria ser iniciada por uma revolução democrática e popular. A aproximação com os trabalhadores do campo era fundamental para a esta estratégia revolucionária, visto que para esta concepção de revolução o campesinato era considerado a força motriz para a transformação da sociedade brasileira. Tais princípios levaram, inclusive, alguns de seus militantes, oriundos das classes médias, a se “proletarizarem”, ou seja, tornarem-se operários ou camponeses, trabalhando em fábricas ou no campo.

Neste momento, a APML se insere no conjunto de organizações, surgidas na década de 1960, que se intitulavam Esquerda Revolucionária e que possuíam em comum a crítica ao reformismo e imobilismo do PCB, dentro desta concepção. Segundo suas análises, este imobilismo teria contribuído para a desarticulação e derrota do movimento popular em 1964. De acordo com Jacob Gorender, um dos fatores decisivos para a ruptura destes setores com o PCB teria sido de ordem teórica: a crítica produzida por Caio Prado Júnior em seu livro *A Revolução Brasileira* às teses do partido a respeito de uma burguesia nacional anti-imperialista. (GORENDER: 1990, p. 73) Com base nesta nova formulação, começaram a ser repensados por estes grupos de militantes, egressos do PCB, novas estratégias e táticas para revolução no Brasil, táticas estas não mais norteadas por uma aliança com setores da burguesia nacional.

Apesar de afiliada ao conjunto de agremiações que surge neste período em torno de novas concepções de luta política, a APML tinha uma especificidade que a diferenciava das



demais organizações: sua origem não era o PCB, mas sim a Igreja Católica.

Nesta primeira fase, vão confrontar-se na APML duas propostas de ação política. Uma parte dos militantes, influenciada pelas ideias de Régis Debray, passou a defender as teorias foquistas de luta política, que apontavam para a mobilização do campo através da formação de focos de guerrilha. Esta forma de atuação passa a identificar setores da APML com os outros grupos de esquerda que propunham a montagem de núcleos de guerrilha como tática de enfrentamento ao regime instaurado após 1964. Segundo Emir. Sader, estes grupos seriam resultantes da crise de caminhos da esquerda no pós-1964 e cuja origem seria, em grande parte a crítica ao bolchevismo e ao leninismo. Estes novos grupos sofreriam influência crescente da revolução cubana cujo paradigma de luta foram os focos guerrilheiros. (SADER: 1991, p. 181) A expressão desta linha política teve seu ponto culminante na participação de militantes da APML no atentado ao Aeroporto dos Guararapes, em Recife, no ano de 1968. Este episódio, ocorrido no dia 25 de julho, tinha por objetivo a eliminação do candidato à Presidência indicado pelos militares, o general Arthur da Costa e Silva, de passagem pelo aeroporto. A explosão não atingiu seu principal alvo, mas resultou na morte de duas pessoas que estavam no local, deixando várias outras feridas.

O episódio de Guararapes desencadeou entre os militantes da APML novos debates em torno das formas de enfrentamento do regime autoritário que se desdobraram no surgimento de uma primeira dissidência. Segundo Gorender, as divergências consistiam na priorização do enfrentamento armado imediato que se contrapunha à

estratégia de guerra popular prolongada bem como à necessidade de construção partidária. (GORENDER:1990, p. 113). Para Antonio O. Silva, a divergência central estava na caracterização da revolução no Brasil. De acordo com este historiador, questionava-se o fato de ser este um país semifeudal. Mas a consequência deste questionamento seria, em última instância o próprio ideário maoísta, em todas as suas decorrências acima mencionadas. Mas, nos primeiros momentos da discussão, as divergências sobre o caráter da revolução brasileira ficariam obscurecidas pela questão da proletarização e da luta militar e as teses maoístas não seriam totalmente abandonadas pelos militantes da APML. (SILVA: 1992, p. 132).

O afastamento da direção nacional da esfera de influência cubana e da visão foquista de luta política, bem como suas severas críticas a esse tipo de intervenção, levou à marginalização e ao afastamento dos quadros que defendiam esta forma de luta. Este reduzido grupo de militantes que formou nova organização em 1969: o PRT (Partido Revolucionário dos Trabalhadores), partidário da luta armada. Afastado da APML, o grupo aproximou-se de outras organizações que possuíam linhas políticas semelhantes como a Var Palmares e o POC (Partido Operário Comunista), formando com elas a Frente Armada. O PRT esteve organizado até 1971, ano da prisão de seus últimos dirigentes e de sua conseqüente extinção.

Os quadros que permaneceram na APML, mantendo-se dentro da direção política hegemônica buscaram consolidar sua estrutura. Retomando a linha maoísta, reforçaram o trabalho junto ao campesinato e a opção por uma revolução em etapas. Os documentos



produzidos neste período estabelecem que no primeiro momento ocorreria a etapa nacionalista, na qual deveria ser feita uma revolução democrática, capaz de promover a superação do caráter feudal de nossa sociedade. Apenas depois da realização desta mudança é que viria a segunda etapa: a revolução socialista.

É interessante notar que esta estratégia adotada pela APML possuía algumas semelhanças com a adotada pelo PCB, principalmente quanto à superação da estrutura feudal e da etapa democrático-burguesa da revolução. Portanto, apesar de colocar-se no campo das organizações que pautavam sua linha política pela crítica ao PCB, havia uma convergência de entre as duas agremiações, principalmente a respeito da necessidade de alianças táticas com setores da burguesia nacional.

A linha política adotada pela APML, nesta nova fase, levou a uma proletarianização ainda maior de seus militantes. Esta proletarianização levaria militantes originários das classes médias a se tornarem operários ou camponeses. Segundo D. A. Reis, esta prática, cuja ética se caracterizaria por uma ação revolucionária 'a serviço do povo' recuperaria um predomínio do cristianismo primitivo, principalmente quanto à valorização da humildade, da austeridade e do igualitarismo, reintroduzido na América Latina pela Teologia da Libertação (REIS: 1991, p. 131). Tal afirmação poderia nos levar a uma reflexão sobre os resquícios da influência católica na AP, mesmo depois de seu rompimento com o catolicismo. No entanto, a prática da proletarianização foi algo recorrente em várias organizações de esquerda no Brasil, independente de sua origem, portanto não se trata de uma especificidade das agremiações egressas

dos quadros da Igreja Católica, o que não pode ser visto como herança ideológica do catolicismo

É deste período a tendência à aproximação da APML com o PC do B (Partido Comunista do Brasil - dissidência do PCB) que também adotara a linha maoísta. Alguns de seus militantes defendiam, dada a identidade política, a fusão entre os dois partidos. No entanto, a maioria dos membros da Direção Nacional da APML não aceitou a proposta, optando pela manutenção de uma estrutura própria.

Nos primeiros anos da década de 1970 os militantes da APML estiveram envolvidos em uma intensa luta política interna: A fusão com o PC do B, defendida por alguns, a incorporação ao MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de outubro), reivindicada por outros, ou a manutenção da autonomia partidária e as primeiras formulações que levariam ao questionamento da influência maoísta e da estratégia de guerra popular. Estas eram algumas das questões apresentadas nos documentos produzidos naquele momento. Em 1972 ocorreria a segunda ruptura, na qual a organização se dividiu em dois campos: aqueles que defendiam a manutenção da orientação maoísta e mais tarde se incorporaram definitivamente ao PC do B e os militantes que buscavam novas definições programáticas, mantendo-se sob a denominação de APML. O ingresso de ex-militantes da APML no PC do B, segundo D. A. Reis, viria reforçar este último, abalado com a perda de grande número de quadros em decorrência da derrota da Guerrilha do Araguaia. (REIS: 1991, p. 131)

Esta nova dissensão seria bem mais profunda. Grande parte dos militantes saiu da APML e se integrou ao PC do B. Outros ingressaram no MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de



outubro). Apenas uma parte, isto é, os militantes que se mantiveram próximos à linha política defendida pela Direção Nacional, manteve-se fiel ao partido. Esta cisão, interrompida apenas pela prisão de alguns militantes, decorreu de um processo de intensa crise interna gerada pelas divergências em torno das linhas políticas.

Ao mesmo tempo em que ocorriam as cisões, cresciam os problemas ligados à organização interna. Tornava-se cada vez mais premente a necessidade de arrecadação de finanças para a sustentação do trabalho político e dos militantes clandestinos ou profissionalizados. A democracia interna e a centralização das decisões eram alvo de intensos questionamentos, conforme apontam os documentos produzidos neste período. Mas o processo de proletarização imposto pela concepção de que este seria coerente com a linha política da organização – e, portanto, necessário – também foram alvo dos mais acalorados debates entre os militantes e fonte de inspiração para a maior parte dos documentos produzidos pela APML neste interregno.

Entre os anos de 1972 e 1973, período de intensa atuação por parte das polícias políticas, a APML, como as demais organizações clandestinas, teve parte de seus militantes presos, sendo alguns, inclusive, assassinados nos porões do regime militar. Entre os desaparecidos encontra-se Paulo Wright, militante que participou intensamente dos debates que se desenvolviam a respeito da renovação da política da organização. As prisões despertaram novos debates entre os militantes que não haviam sido detidos, principalmente a respeito da segurança da estrutura interna e dos dados obtidos pelos órgãos de segurança através dos militantes que

havam sido capturados. Datam deste período alguns documentos que resgatam discussões em torno do comportamento dos militantes submetidos a torturas pelas polícias políticas. Estes documentos também expressam a profunda crise ideológica pela qual passavam os quadros da APML. Também foram presos e assassinados Honestino Guimarães, último presidente da UNE, Humberto Câmara, membro da penúltima diretoria da UNE, Gildo Lacerda, Fernando Santa Cruz e Eduardo Collier.

Neste período, dado o acirramento da ação dos órgãos de repressão, a APML optou por deslocar os membros da Direção Nacional para o exterior. Alguns dos membros da Direção Nacional foram enviados para o Chile, durante o governo de Salvador Allende para garantir a sua segurança. Muitos dos documentos produzidos com o objetivo de traçar diretrizes para o trabalho político no Brasil foram produzidos naquele país. Com o golpe de 1973 e a derrubada da democracia chilena, alguns militantes retornaram clandestinamente ao Brasil, outros se dirigiram à Europa. A dispersão dos militantes, as dificuldades financeiras e o crescimento das divergências contribuíram para o agravamento dos problemas de organização constatados nos documentos consultados. Neste momento a APML encontrava-se na sua maior crise, e esta crise terá como desdobramentos novas mudanças na linha política e a saída de alguns militantes.

O contato com outros grupos de esquerda, tanto no Brasil quanto no Chile e Europa marcou a retomada do processo de discussão sobre o caráter da sociedade brasileira e a busca de novas formas de intervenção em direção a novas estratégias. Deste processo partiu



a iniciativa da reconstrução do partido, tanto do ponto de vista orgânico como ideológico, e a revisão definitiva de sua linha política. Esta revisão teria como ponto de partida o questionamento das diretrizes maoístas. Novas formulações adotadas pela APML após 1973 retomam a proposta de revolução socialista, negando a idéia anterior de que haveria uma etapa democrática que antecederia a luta pelo socialismo. Com este perfil, a APML passaria a fazer parte do campo das chamadas organizações de Esquerda Proletária, passando a ser conhecida por AP Socialista. Data deste período a publicação da Revista “Brasil Socialista”, em esforço conjunto com o MR-8 e a POLOP (Política Operária), visando promover o debate sobre os problemas da revolução brasileira.

A prática política da APML, com esta mudança, passou a refletir as diretrizes do PSB (Programa Socialista para o Brasil), documento formulado pelas organizações da Esquerda Proletária, que concebia o Brasil como país capitalista, no qual a revolução seria construída a partir da organização do proletariado urbano. É importante apontar que esta ruptura representa para a APML uma mudança substancial em suas premissas políticas pois, pela primeira vez, seus documentos criticam a idéia da revolução democrático-burguesa. Partindo destes novos pressupostos, a APML adotou como base de sua estratégia a formação de um partido operário - cujo ponto inicial seria a própria estrutura, bem como a luta pelo socialismo e a defesa da ditadura do proletariado.

Dentro desta nova política, os últimos anos da década de 1970 representam para a APML uma renovação no caráter de suas discussões internas, que passam a se realizar em torno das propostas

para a intervenção do partido no movimento operário. A consulta aos documentos produzidos neste período identifica que a prioridade dos debates consistia em definir o papel das comissões de fábrica, conceber um programa para a formação destas comissões e demarcar as palavras de ordem a serem levadas para o movimento. Toda a documentação gerada pela APML neste momento era voltada para a análise da situação dos sindicatos e demonstra a busca de seus militantes por uma política sindical que conduzisse à organização independente do proletariado. Por outro lado, também reconheciam a importância do movimento estudantil como força auxiliar na luta do proletariado. Neste sentido, entende-se o esforço para ampliar a atuação junto aos estudantes, secundaristas e universitários, e encontrar propostas de ação de seus militantes junto às entidades estudantis (UNE, UEEs).

Nesta fase, a APML detectou o surgimento de outros tipos de movimentos e organizações: Movimento de Mulheres, Movimento de Bairros, Movimento contra a Carestia. Admitindo a importância destas manifestações, e a necessidade de participar destas lutas, a Direção Nacional, iniciou o debate com a militância, através dos documentos de circulação interna, sobre as estratégias para a unificação destas novas formas de organização popular com o movimento operário e sindical.

É importante ressaltar que em todos os documentos produzidos desde o rompimento com o maoísmo até o final da década de 1970, encontramos sempre a afirmação da idéia de que a APML representava para os seus militantes a realização de um partido voltado para os interesses dos trabalhadores e dos



setores populares. Tais documentos também se caracterizam pela identificação de seu compromisso com as lutas da classe trabalhadora.

Com o processo de redemocratização política, a retomada das greves operárias e das lutas populares do final dos anos 70 e início da década de 1980 a APML mobilizou seus militantes no sentido de garantir sua presença em cada um destes movimentos e, principalmente, a sua intervenção com o objetivo de assegurar a defesa seu programa de lutas e de suas palavras de ordem.

Através dos textos produzidos pelos militantes nos últimos anos da década de 1970 manifesta-se uma nova preocupação: a necessidade de construir um partido legalizado, que viesse a ser fator de aglutinação das forças políticas que possuíssem o mesmo referencial de lutas e uma identidade ideológica. A formação de uma frente de organizações de esquerda que pudesse atuar na legalidade, possibilitando a intervenção parlamentar passou, então, a se constituir uma questão recorrente nos documentos que informam acerca das discussões internas da APML no período da abertura política.

A anistia política concedida em 1979 proporcionou aos militantes que se encontravam no exílio a possibilidade de retorno ao país. Para os que se encontravam na clandestinidade este fato possibilitou o retorno à legalidade bem como a atuação aberta no movimento de massas. A perspectiva de participação na vida política nacional, possibilitada pela volta ao Estado de Direito, favorecia a concretização da idéia de uma frente unificadora de todas as tendências pertencentes ao campo da esquerda, permitindo visibilidade ao trabalho político que constituía a maior preocupação para todos os militantes da

APML. No entendimento destes, a retirada do caráter clandestino e a conseqüente legalização da luta política ampliaria seu alcance e a sua eficácia. Ainda assim, a APML manteve a sua estrutura orgânica interna independente e clandestina até o início da década de 1980. Mas, durante todo este intervalo, a discussão sobre a importância da organização de uma estrutura legalizada foi o principal tema dos debates internos, sendo tema constante em todos os documentos produzidos neste período.

A emergência do Partido dos Trabalhadores contribui para que o projeto de implantação de uma frente de atuação política viesse a ser concretizado. O PT constituiria, assim, a estrutura partidária dentro da legalidade que a maioria dos militantes defendia.

Considerando o PT como a realização deste projeto, os militantes da APML iniciaram o debate sobre a viabilidade da dissolução de sua estrutura clandestina, para posterior reunião às demais forças políticas que participavam da organização do Partido dos Trabalhadores. E, deste debate saiu a resolução de que a APML iria se auto dissolver para se incorporar ao novo Partido.

A participação da APML no processo de construção do PT e sua posterior decisão pela dispersão de seus quadros no interior deste partido estão expressos na documentação produzida neste período e representam o último processo de discussão implementado pelos seus militantes, culminando com a extinção da APML.



Fontes

Primárias:

Arquivo Ângela Borba – Acervo pertencente ao Serviço de Coleções Particulares do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Coleção Jair Ferreira de Sá – Acervo pertencente ao Serviço de Coleções Particulares do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Secundárias:

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas – A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1990.

KUPERMAN, Esther. *Guia das Coleções Particulares*. Rio de Janeiro: APERJ, 1994.

MORAES, Denis de. *A Esquerda e o Golpe de 64*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

REIS FILHO, Daniel A. *A revolução faltou ao encontro – Os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____ et alii. *História do Marxismo no Brasil – O impacto das Revoluções*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Ed. Unesp, 1993.

SILVA, Antonio Ozaí. *História das tendências no Brasil (Origens, cisões e propostas)*. São Paulo: Ed. Dag, 1992.



* ESTHER KUPERMAN é historiadora.